
Cooperação para o Desenvolvimento: uma análise de Brasil e Índia a partir dos anos 2000

Cooperation for Development: an analysis of Brazil and India since the 2000s

Carolina Michelle Silva e Souza
Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: caarolmichelle@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar o engajamento, o potencial e o impacto das políticas e programas desenvolvidos por Brasil e Índia a partir dos anos 2000 na agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. No referido marco temporal, há um aumento no volume de cooperação fornecido por Brasil e Índia, a formação de blocos e coalizões, além de conferências internacionais que questionam os princípios e práticas do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE e retomam iniciativas de cooperação Sul-Sul. Dentre tais conferências, destacam-se a da criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), e as declarações de Havana (2000), Acra (2008) e Busan (2011). Com base no exposto, as estratégias de Brasil e Índia demonstram seus interesses por autonomia e de se tornarem um *player* internacional.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Desenvolvimento; Brasil; Índia.

Abstract: This article seeks to analyze the engagement, the potential and the impact of policies and programs developed by Brazil and India since the 2000s in the International Development Cooperation agenda. From this time on, there is an increase in the volume of cooperation provided by Brazil and India, the formation of blocs and coalitions as well as international conferences, which question the principles and practices of OEDC's Development Assistance Committee and remains South-South cooperation initiatives. Within these conferences, we highlight the creation of the Millennium Development Goals (2000), the declarations of Havana (2000), Acra (2008) and Busan (2011). Based on the above, Brazil and India's strategies demonstrate their interests for autonomy and to become an international player.

Keywords: South-South Cooperation; Development; Brazil; India.

1. Introdução

A partir do século XXI, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) demonstra uma alteração em sua dinâmica no que diz respeito a seus agentes e o papel que estes desempenham em questões de cooperação. Nessa direção, o início dos anos 2000 é marcado por um conjunto de acontecimentos relevantes para a orientação da CID entre os países do Sul Global, demonstrando a necessidade de se analisar a participação destes atores não-tradicionais na agenda e entender suas funções nos projetos de cooperação, visto o papel assertivo que vêm desempenhando através de políticas baseadas na cooperação Sul-Sul.

Milani (2014) considera que os modelos de desenvolvimento contemporâneos tornaram-se universais no âmbito da cooperação internacional e apresentam uma lógica para além da noção socioeconômica enfatizada nos anos 1990, abarcando temas como a defesa dos direitos humanos e a promoção de acordos pacíficos e plurais em negociações.

Além disso, configura-se um contexto de emergência de agências bilaterais, multilaterais e de formação de coalizões entre países em desenvolvimento, que geram maior visibilidade para as estratégias de projeção internacional e cooperação especialmente para as “novas potências”. Estas ganham mais espaço para deliberar questões de seus interesses em importantes fóruns multilaterais e conferências internacionais, como foi o caso do G-20 financeiro, da criação do BRICS, e do Fórum de Diálogo IBAS. O Fórum IBAS representa uma iniciativa de posições conjuntas dos líderes do Brasil, Índia e África do Sul acerca de temas como democracia, direitos humanos, inclusão social e desenvolvimento sustentável, tendo sido essencial para discussões sobre cooperação política, desenvolvimento global e reforma das estruturas de governança mundiais, tal como o Conselho de Segurança. Para o Brasil, a articulação no IBAS representa uma “estratégia de desenvolvimento no Sul, incluindo diversos ministérios”. Já para a Índia, a coalizão é uma forma de “impulsionar sua agenda multilateral e gerar credibilidade acerca de suas aspirações nucleares” (White, 2010).

Conforme Lima (2005), a criação do G-20 financeiro foi um momento de coordenação do Brasil com a Índia, que seria uma forma de ambos se estabelecerem como países de papel “intermediário indispensável” sobre a dinâmica da arquitetura negociadora e, em consequente,

sobre a arquitetura da CID. Dessa forma, cabe analisar os efeitos que Brasil e Índia produzem sobre a CID, bem como suas normas e práticas em meio aos questionamentos formulados à centralidade norte-americana e ao histórico de uma cooperação baseada nas relações Norte-Sul (MILANI, 2014).

A Agenda de Acra para a Ação (2008), e a Declaração Final do IV Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em Busan, na Coreia do Sul em 2011, apresentam-se como marcos relevantes para o estudo do tema, pois são demarcações que deram prioridade aos objetivos de melhorar a qualidade da cooperação fornecida e mensurar seus impactos reais no desenvolvimento. Além disso, pontuaram os dilemas internos e as pressões externas ao Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD)¹, e reforçaram os princípios de responsabilidade mútua e harmonização das práticas e estratégias dos Estados doadores.

O papel central de Brasil e Índia na CID deve-se a duas questões. A primeira está no fato de que a partir dos anos 2000, a política externa brasileira procurou implementar uma cooperação Sul-Sul com seus países vizinhos e com potências regionais de peso no sistema internacional. À época, o governo de Fernando Henrique Cardoso optava por uma inserção externa constituída pelo regionalismo. A dimensão comercial permaneceu, mas surgiram novos temas e questões sobre defesa, saúde e infraestrutura regional. Além disso, o MERCOSUL passa a considerar de forma mais efetiva as assimetrias entre os países do bloco e o regionalismo torna-se mais multidimensional.

A diplomacia brasileira traça uma nova forma de inserção internacional adequando-se a uma vertente multilateral e com outros países do Sul. Nesse caso, destaca-se a questão da propriedade intelectual farmacêutica como “modelo exitoso de cooperação nos marcos da cooperação Sul-Sul”, onde Brasil e Índia e África do Sul articularam-se na defesa da produção interna de medicamentos contra o vírus da AIDS (Saraiva, 2007).

Já a partir de 2003, há mudança de orientação da política externa brasileira com o governo Lula da Silva, a qual priorizou a diversificação das parcerias internacionais, principalmente as parcerias Sul-Sul e com países em desenvolvimento. No período de 2002 a

¹ O CAD reúne os principais países doadores de cooperação para o desenvolvimento sendo responsável por definir e monitorar os padrões globais em áreas-chave de desenvolvimento. Contudo, o órgão não contempla os denominados receptores e doadores emergentes. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/>.

2008, as políticas voltadas para questões de cooperação para o desenvolvimento também aumentaram o crescimento do comércio entre o Brasil e seus vizinhos regionais aproximando-os em áreas de infraestrutura, políticas públicas e investimentos (Silva; Andriotti, 2012).

A segunda questão refere-se à posição mais receptiva da Índia frente às respostas ocidentais através de reformas institucionais de comércio e da não-proliferação nuclear (Narlikar, 2010). Suas motivações para a entrada na cooperação para o desenvolvimento partem essencialmente dos seus interesses econômicos no sul da Ásia, da necessidade de energia, e de desenvolvimento da infraestrutura na região (Chaturvedi et al., 2014).

Nesse sentido, pressupõe-se que Brasil e Índia têm se demonstrado países-chave na CID (Milani, 2014), com um aumento observado do volume de cooperação a partir dos anos 2000, além de serem os países em desenvolvimento mais ativos em uma agenda de cooperação para o desenvolvimento. Dessa forma, entende-se a necessidade de analisar os esforços empreendidos, bem como entender as regiões priorizadas, o impacto e o potencial gerado pelas políticas e programas nelas desenvolvidos.

A metodologia utilizada consiste na revisão da literatura sobre CID, cooperação Sul-Sul, da observação de dados e comparação dos projetos de cooperação de cada um dos casos, fornecidos essencialmente pela Agência Brasileira de Cooperação, Ipea, e pelo *Ministry of External Affairs* da Índia e pelo banco de dados do AidData.

O artigo possui seis seções: a primeira refere-se a esta introdução, a segunda busca fazer um breve levantamento histórico da trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a terceira trata-se de um estudo do caso brasileiro, já a quarta apresenta o estudo de caso indiano, a quinta constitui em uma comparação dos resultados, aonde irá se apresentar as principais características, semelhanças e diferenças do tipo de cooperação para o desenvolvimento de cada um dos casos, por fim, a sexta apresenta as considerações finais.

2. Cooperação para o desenvolvimento: trajetória, normas e interesses

A CID tem sua trajetória desenhada no século XX a partir de programas específicos de ajuda humanitária e assistência técnica, desenvolvidos pelos Estados Unidos e pelas metrópoles

européias em prol das colônias que necessitavam de apoio ao progresso de seu desenvolvimento nacional. A partir do pós Segunda Guerra Mundial a temática se intensifica, estimulada pelos interesses estratégicos e econômicos dos países ocidentais em reconstruir as nações afetadas pela guerra. Surge o Plano Marshall, uma das primeiras iniciativas de cooperação não somente via empréstimos financeiros como também por transferência de recursos, que caracterizava um rompimento com as práticas de cooperação anteriores. A forma como a ajuda era empregada dependia do aceite dos países europeus, além disso, baseava-se em estratégias de recuperação e crescimento, devendo ser um auxílio de longo-prazo via suprimento de bens que gerassem retornos financeiros (Judt, 2007).

Sua institucionalização ocorre com a criação da Organização para a Cooperação Econômica (OECE) em 1948, posteriormente sucedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1961. A CID era coordenada em um sistema bipolar e estruturada através de países desenvolvidos para as áreas científicas, técnica e tecnológica. Nesse sentido, a agenda de segurança internacional vigente, dificultava a inclusão de temas de interesse dos países agrupados como de Terceiro Mundo (Milani, 2014).

Para além da OECE, o tema da cooperação eclodia com a formação de coalizões como o G-77 e o estabelecimento de organizações internacionais, em especial da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas diversas agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).²

Nesse sentido, a CID molda sua estrutura a partir de tipos de coordenação variados, seja no âmbito bilateral, multilateral, triangular ou técnico. Marcovitch (1994) considera a cooperação técnica, como uma das formas centrais de cooperação, especialmente no contexto

² Configura-se o Sistema Internacional Cooperação para Desenvolvimento (SICD), definido por Ayllón (2006), como “uma rede articulada por organizações de diferentes naturezas, orientações e funções”, “organismos internacionais, governos, instituições públicas, organizações não-governamentais, empresas e outras entidades da sociedade civil”.

Sul-Sul. Para o autor, o setor tecnológico possui relevância ao pensarmos na demanda de “aproveitamento de conhecimentos acumulados” que ele exige.

Grande parte da literatura, especialmente a norte-americana, oferece uma definição da cooperação para o desenvolvimento muito relacionada aos termos de ajuda externa e/ou assistência ao desenvolvimento. Tais termos são utilizados também pelo CAD, o qual possui suas próprias definições e um papel regulamentador sobre CID em decorrência de sua natureza e importância histórica.

A diferenciação destes conceitos importa, pois as terminologias influenciam no entendimento e nas expectativas dos países quanto ao tema, sendo percepções que guiam a prática da CID. Ayllón (2006) descreve o termo ajuda externa como uma ajuda que visa desenvolvimento econômico e militar, sem o propósito exclusivo no desenvolvimento. Já a assistência ao desenvolvimento foca no desenvolvimento econômico, e sugere uma relação desigual e de hierarquia entre o país doador de assistência e o país receptor. Em contraste, o conceito de cooperação para o desenvolvimento utilizado neste trabalho, refere-se explicitamente ao objetivo do desenvolvimento, através de uma relação de parceria entre os países doadores e receptores.

Dessa forma, a operacionalização dos projetos tem como base a utilização de cinco instrumentos e mecanismos principais adequados para a sua implementação: i) ajuda financeira; ii) apoio técnico; iii) formação de recursos humanos; iv) processos de transferência de tecnologia; v) doação de equipamentos e materiais (Lima, Campos, Neves, 2014).

Em 1950, o processo de descolonização trouxe para os países em desenvolvimento o problema da erradicação da pobreza e do crescimento do desenvolvimento (Chatuverdi, 2012). Nesse sentido, a importância política da conferência de Bandung em 1955 como um instrumento orientador da cooperação Sul-Sul. Bandung influenciou no entendimento de diversos representantes dos países em desenvolvimento sobre questões de cooperação entre países com características similares que se encontravam à margem do sistema internacional (Milani, 2014).

Durante as décadas de 1950 e 1960 houve a consolidação de um capitalismo keynesiano e do surgimento das teorias de desenvolvimento. O estágio de desenvolvimento entre as nações

distinguiu-se principalmente a partir de comparações internacionais tanto de intercâmbio comercial, quanto da criação de indicadores para mensuração do Produto Interno Bruto (PIB). As teorias de desenvolvimento oferecem explicações sobre as desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais, os desdobramentos destes ideais estão relacionados às primeiras agendas de CID e à dicotomia entre moderno e tradicional. (Kraychete, 2012) (Milani, 2014).

Já as crises econômicas, energéticas e ambientais que marcaram os anos de 1970 e 1980, trouxeram questionamentos e incertezas quanto às atividades da CID, relativos à distribuição de renda dos países que apresentavam um crescimento por meio de políticas de cooperação. No entanto, em 1990, com o advento da aceleração do processo de globalização, as agendas ampliaram-se para novas áreas, dando preferência a temas sociais, instituições e governos, o que permitiu uma ampliação do espaço de ação da CID. Contudo, nesse período ainda se verifica uma situação de ação multilateral reduzida na esfera da cooperação Sul-Sul, que só irá mudar a partir dos anos 2000 (Milani, 2014) (Renzo; Seifert, 2014).

O século XXI apresenta-se em meio a um conjunto de acontecimentos relevantes para a orientação da CID entre os países do Sul, como a criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com metas acompanhadas de indicadores de monitoramento e avaliação das iniciativas, os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, ocasionando uma nova preocupação na agenda de segurança, e o surgimento do BRIC em 2001 (Milani, 2014).

Pautasso (2011) considera que a estratégia no eixo Sul-Sul espelha o crescimento demográfico, político e econômico destes países, daí a necessidade em criar bases de equilíbrio em relação às grandes potências ocidentais e aumentar seu protagonismo diante organismos e instituições internacionais. No caso de Brasil e Índia, além de serem países signatários das principais convenções internacionais, o autor destaca, na esfera político-diplomática, a busca de ambos pela condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A I Cúpula do Sul em Havana (2000) afirma a participação dos países do Sul em equivalência com os países do Norte:

“We are fully convinced that it is indeed imperative to gather here at the start of the new millennium, a critical juncture in contemporary human history, to reflect on the rapidly changing world economic situation and to discuss the emerging challenges facing the South in the economic and social spheres and seek a solution to them [...] We note with concern that the countries of the South have not been able to share in the benefits of globalization on an equal footing with the developed countries and have been excluded from the benefits of this process.”³

Analisando-se as conferências internacionais sobre CID na última década, percebe-se uma mudança no tratamento dado aos princípios e práticas do CAD. A Declaração de Paris na Eficácia da Ajuda que ocorreu em 2005 não abrangia os agentes e as modalidades de cooperação Sul-Sul. Em contraponto, a Agenda de Acra para a Ação, aprovada em 2008, reconhecia este tipo de cooperação como um “complemento à cooperação Norte-Sul”. Já no ano de 2011, a Declaração de Busan surge como um marco de legitimidade da cooperação Sul-Sul ao apontar que todos os países do Sul são parte de uma agenda mais inclusiva na qual os atores participam com interesses em comum e princípios compartilhados (Esteves, 2011).

As motivações para a cooperação Sul-Sul vêm de um impulso teórico da escola estruturalista e das ideias pensadas para a América Latina pela teoria da dependência, elas se baseiam nas noções de desenvolver o Sul através dos princípios de benefício mútuo e equidade no acesso ao comércio, investimentos e tecnologias dentro de instituições multilaterais. O objetivo na erradicação da pobreza aparece como um desafio em comum dos países em desenvolvimento. Sendo assim, os principais objetivos que cercam este tipo de cooperação configuram-se em obter benefícios das complementaridades existentes entre os países em desenvolvimento por meio da cooperação direta sem intermediações dos países desenvolvidos (Chatuverdi, 2016).

Em uma análise contemporânea, Milani (2014) argumenta que a CID insere-se de forma estratégica como instrumento e norma de política externa dos Estados, sua institucionalização está acompanhada de uma autenticação do próprio multilateralismo, e de uma nova forma de se conduzir as agendas de cooperação internacional. Ainda, a multiplicidade dos atores tais como

³ Declaração de Havana, ONU. Disponível em: http://www.g77.org/summit/Declaration_G77Summit.htm

Organizações Não-Governamentais, entidades filantrópicas privadas, agentes subestatais e a sociedade civil, vem adquirindo relevância na geração de incentivos.

Mediante o uso das terminologias “doador” e “receptor” de cooperação, utilizadas para descrever a característica dos países na CID, observa-se que o Brasil tradicionalmente desempenhou um papel de recipiendário de programas e financiamentos (Milani; Suyama; Lopes, 2013). Contudo, a partir dos anos 2000, o país assume uma identidade de “doador” em decorrência das mudanças de política externa evidenciadas na administração do governo Lula e continuadas por Dilma Rousseff.

Segundo Ayllón (2006), os projetos brasileiros possuem em sua oferta, além de certo apoio político, soluções técnicas para contribuir na resolução de insuficiências de demais países em desenvolvimento, assim, sua presença ativa na CID demanda seus conhecimentos especialmente em setores de saúde, energia ou agricultura. Além disso, a ação internacional brasileira passa a anunciar um novo discurso e a construir uma narrativa do multilateralismo sem perder de vista os processos de integração econômica regional do país (Leite, 2014).

Por muitos anos a Índia também assumiu um caráter de recipiendária de cooperação. No entanto, desde sua independência, o país passou a ofertar CID e a ser reconhecido, como descrito por Mawdsley (2012), como um “doador emergente” ou “re-emergente”. O país possui políticas pragmáticas para a temática e se preocupa com uma cooperação que tenha impactos positivos para seus interesses econômicos e sua reputação internacional (Benachenhou, 2013). Além disso, realiza seus programas a partir dos pilares do Movimento Não-Alinhado, promovendo cooperação e parceria com os países do Terceiro Mundo, visando o benefício mútuo fundado na autodeterminação (Esteves, 2011).

Brasil e Índia não são novos em fornecer assistência. Ambos redesenham um novo espaço econômico e social no mundo e apresentam-se com maior legitimidade e relevância em discussões de grandes assuntos internacionais. Em geral, Mariella (2014) apresenta que o engajamento econômico Sul-Sul triplicou em termos de percentual do comércio global, saindo de 8% para 26% nas últimas décadas. Neste contexto de crescimento, Bartenev e Glazunova (2013), afirmam que os países de Terceiro Mundo promoveram um modelo de sucesso para o desenvolvimento independente do Norte, buscando aumentar sua influência também com seus

vizinhos. No caso do Brasil verifica-se que dois terços da cooperação para o desenvolvimento são direcionados a países da América Latina e do Caribe, e na Índia, cerca de 87% é alocada para países da Ásia (Ciommo, 2014).

Por fim, há de se considerar que diferença entre os atores envolvidos na CID demonstra as diferentes motivações políticas, identidades, preferências, objetivos e interesses de cada país (Esteves, 2011). Jorge Chediek (2017) considera que a inclusão das perspectivas dos países em desenvolvimento na agenda global pode resultar em resultados positivos, uma vez que a comunidade internacional tem reconhecido seus respectivos espaços de ação e capacidade de superar crises.

3. O caso brasileiro

O presente tópico busca fazer um relato da atuação do Brasil na agenda de cooperação para o desenvolvimento. Serão analisados os tipos de projetos mais presentes no país, bem como seus focos de destino, regiões priorizadas e os principais temas abordados.

As ações realizadas pelas instituições brasileiras têm seus recursos provenientes do próprio Estado e são assumidas como reflexos da política de cooperação internacional do país. Dessa forma, constata-se que a CID brasileira é realizada de acordo com o nível de demandas e pautada na não imposição de condicionalidades (Lima; Campos; Neves, 2014).

O Brasil possui a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, como órgão que trata especificamente de “coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país” (ABC, conceito, 2017). O subsecretário-geral da África e do Oriente Médio no Brasil, Fernando José Marroni de Abreu, entende que o grande princípio que move a cooperação técnica brasileira está nas ações de solidariedade promovidas pela cooperação Sul-Sul. Essa característica reflete-se nos tipos de cooperação e nos percentuais, apresentados por Abreu, nos quais a cooperação técnica abarca 8,5% do total da cooperação; a ajuda humanitária, 5,04%; e a cooperação educacional, 9,95% (Almeida, 2014, p.172).

Segundo Chediek (2017), partir dos anos 2000, o Brasil adquiriu protagonismo em diversas áreas de assuntos internacionais, como a vitória na disputa do algodão com os Estados Unidos na OMC, e a participação nas discussões globais acerca do *Responsability to Protect* (R2P). Além disso, seus representantes da cooperação Sul-Sul fizeram-se presentes em apresentações de temas como o desenvolvimento de instrumentos para acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação, e iniciativas para inovação agrícola e científica.

Este comportamento demonstra um exemplo da forma como o Brasil assumiu um papel de destaque, e de “parceiro” de desenvolvimento. A priorização dada aos princípios da cooperação Sul-Sul, tem refletido positivamente na implementação de programas domésticos para as mais diversas áreas.

Além da ABC, a implementação dos programas também é assegurada através de entidades como a Embrapa, a Fiocruz e o Senai. A Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é uma das instituições de cooperação técnica mais ativas referente ao setor agrícola. Geralmente, atua em parceria com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e atualmente é responsável por três principais projetos estruturantes brasileiros para a agricultura africana: o *Cotton-4* (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali); o programa para a rizicultura no Senegal, e o da inovação agrícola em Moçambique (Leite, 2014).

Já as atividades de CID realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), incluem especialmente a cooperação relacionada à saúde. A instituição promove ações nacionais incluindo pesquisa, produção e desenvolvimento tecnológico, além de uma série de projetos estruturantes em saúde com parceiros da América do Sul, através da UNASUL, e na África, através dos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Leite, 2014).

O Senai, Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial, consiste em uma das maiores companhias de difusão de conhecimentos para o desenvolvimento industrial do Brasil. Inicialmente, recebia assistência externa de países desenvolvidos, porém, atualmente implementa acordos coordenados pela ABC e coopera de forma autônoma com organizações parceiras em países em desenvolvimento (Leite, 2014).

O governo federal brasileiro empenha-se, sobretudo no marco temporal de 2003 a 2010, em direcionar sua expansão de CID com diferentes parceiros e instituições em todo o mundo.

Nesse sentido, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), aponta a cooperação técnica como a maior e mais diversificada modalidade da CID brasileira. Seus estudos realizados para o período de 2005 a 2009 demonstram que a CID brasileira atinge aproximadamente R\$ 2,9 bilhões. Os dados levantados estão relacionados a contribuições para organizações internacionais e bancos regionais em cerca de 76% do valor, e às demais modalidades como assistência humanitária, bolsas de estudos e cooperação técnica, em quase 24% do valor. Ao longo do período, essa quantidade sofre uma alteração no campo da assistência humanitária e da cooperação técnica, passando de R\$ 28,9 milhões em 2005, para R\$ 184,8 milhões em 2009. De acordo com a Cobradi, esse aumento significativo deve-se justamente à importância que o país aferiu à cooperação internacional (IPEA, 2010).

Já o relatório referente ao triênio de 2011 a 2013, apresenta que os gastos do governo brasileiro em cooperação técnica atingiram R\$ 211,6 milhões. Para além dos gastos, nestes anos as políticas públicas relacionadas a este tipo de cooperação, foram mais qualitativas em termos de conteúdo. Como exemplo, as políticas de combate à fome e à pobreza foram mais eficazes, além de que, dados do Banco Mundial apresentam uma queda no percentual (10% para 4%) de pessoas que viviam em pobreza extrema ou moderada no país (IPEA, 2016).

Analisando-se as principais áreas geográficas de destino da cooperação para o desenvolvimento, constata-se o continente africano e a região da América do Sul e do Caribe. A relação com esses parceiros se deve também a uma identidade nacional do próprio Brasil (Almeida, 2014).

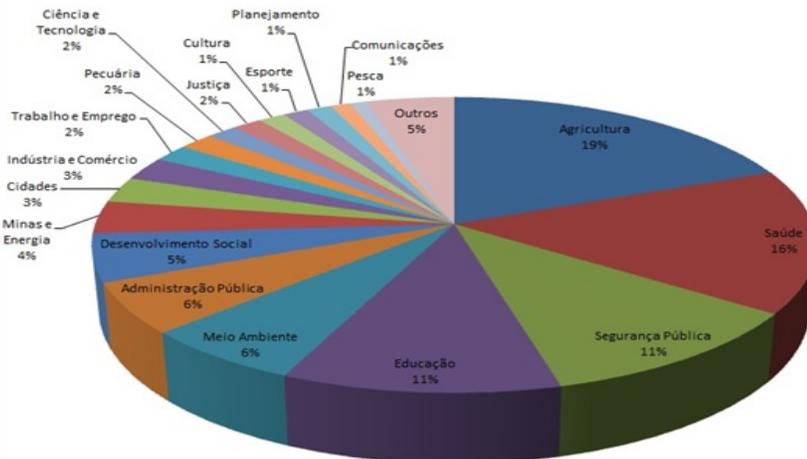
Considerando-se a execução orçamentária e a distribuição dos segmentos, respectivamente, tem-se um ápice em 2010, proveniente da prioridade dada a ações de cooperação técnica e ao dinamismo no continente africano. As maiores iniciativas no geral foram destinadas para temas de intercâmbio educacional; técnico, científico, tecnológico; saúde; agricultura e meio ambiente. Para a África, a concentração de projetos foi destinada à agricultura, saúde, formação profissional e educação (Almeida, 2014).

Quanto às parcerias com os demais países, o Relatório de Atividades apresenta que de 2011-2013, aproximadamente 128 países e seus grupos de afinidade, atuaram no campo da cooperação técnica com o Brasil. Dentre estes grupos, estão a Comunidade de Países de Língua

Portuguesa (CPLP), os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e os do MERCOSUL. Os gastos da ABC foram de 71,6% sendo os outros 28,4% advindos de outros órgãos da administração pública federal, 5,5% de participação no total dos gastos no período foram provenientes da Embrapa, 4,5% da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde, 2,8% da ANVISA e, 2,4% do Ministério de Desenvolvimento Social (Milani, 2014).

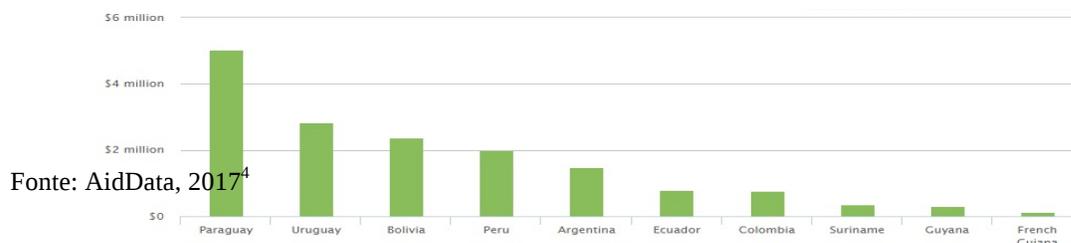
Dentro desta análise, é importante considerar o papel da Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CTRB). Além da cooperação técnica destinada aos seus países parceiros, o Brasil recebe significativa cooperação técnica via relações bilaterais para seu desenvolvimento socioeconômico, que ainda possui deficiências estruturais e altos níveis de desigualdade, através da absorção de conhecimento e tecnologias mais avançada. Dessa forma, adquire capacitação para ampliar sua excelência em prover políticas a nível nacional e internacional.

Figura 1: A cooperação brasileira por segmento entre os anos de 2000-2014



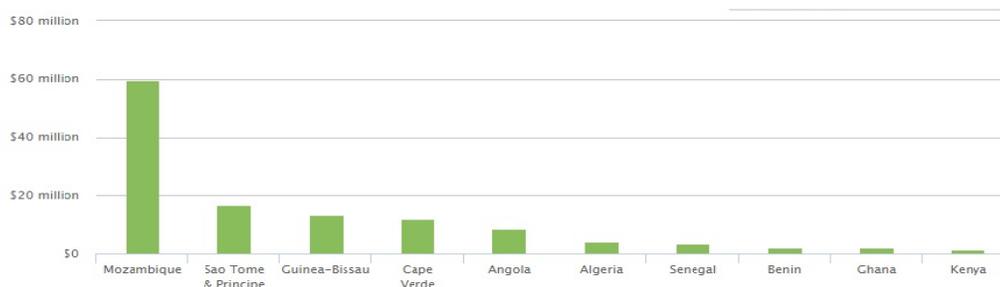
Fonte: ABC, classificação por segmento, 2017.

Figura 2: Distribuição geográfica de cooperação para o desenvolvimento na América do Sul no período de 2000 a 2014



Fonte: AidData, 2017⁴

Figura 3: Distribuição geográfica de cooperação para o desenvolvimento destinada à África no período de 2010 a 2014



Fonte: AidData, 2017.

Observa-se durante o governo Lula, práticas e normas influenciadas pela projeção de seus ideais e políticas, ou seja, uma política de consolidação das coalizões internacionais dos países em desenvolvimento e, a nível econômico, de aumento do comércio entre os países do Sul, enquanto que a nível empresarial, de expansão das multinacionais brasileiras envolvidas em projetos. (Milani, 2017). A cooperação Sul-Sul trouxe para o país, maior mobilização dos atores envolvidos em diversas modalidades de cooperação técnica.

Durante o governo Dilma, percebe-se a configuração de uma política externa mais reativa. Em razão da instabilidade política a nível nacional e da necessidade de garantia do apoio doméstico, a priorização deste de tipo de política foi menor em relação ao governo

⁴ Para fins deste trabalho, todos os dados foram elaborados a partir da seleção do país doador; região receptora; ano correspondido e os setores, propósitos e atividades destinadas. Disponível em: <http://dashboard.aiddata.org/>

anterior, contudo em ambos, a semelhança que se tem é de uma justificativa em revisar a dependência brasileira frente aos países do Norte (Leite, 2014).

A queda dos investimentos nos projetos de cooperação para o desenvolvimento a partir do governo Dilma está relacionada às dificuldades de operacionalização de assuntos ligados à sociedade e às pioras nas condições políticas e econômicas domésticas, o que representa a dificuldade do país na manutenção de acordos e projetos em andamento e na criação novos, como no caso da reestruturação do Haiti após os terremotos de 2010, em que a escassez de recursos financeiros inviabilizou programas em curso e impediu novas iniciativas (Milani, 2017).

4. O caso indiano

Segue-se nesse tópico, um estudo do papel indiano na cooperação para o desenvolvimento. Os compromissos em relação à cooperação técnica afirmados na Conferência de Bandung reforçaram seu papel de destaque na cooperação Sul-Sul, condição também beneficiada por sua experiência no Movimento de Países Não-Alinhados, sendo Nepal e Butão os primeiros beneficiários de suas iniciativas (Souza, 2014).

Nas últimas duas décadas, o potencial econômico indiano aumentou significativamente, sendo que, a partir de 2003, o país passou a uma condição de doador líquido de CID. Tal mudança incidiu em seu desempenho geopolítico, macro e socioeconômico. Diferente do Brasil, a Índia preocupa-se mais em promover primeiramente seus interesses econômicos e político-estratégicos com o objetivo de garantir o acesso a fontes de energia e competir com a China na África em relação às reservas de petróleo e os mercados consumidores da região (Souza, 2014).

Seu sistema de cooperação é bastante fragmentado. O principal órgão que lida com o tema é o *Ministry of External Affairs* (MEA), que conta com a assistência do Ministério das Finanças e do comércio. O MEA tem sido a principal instância de assistência ao Butão, Nepal e Afeganistão, além de fundar programas importantes como o *Indian Technical and Economic*

Cooperation (ITEC), que implementa principalmente programas de treinamento, e o *Indian Council for Cultural Relations* (ICCR) (Benachenhou, 2013; Souza, 2014).

Reconhecendo o crescimento de países parceiros e, conseqüentemente, do número de projetos implementados, foi criado em 2012 o *Development Partnership Administration* (DPA), que, a partir de então, passou a lidar com os projetos de cooperação indianos. O DPA possui três divisões, a primeira cuida da avaliação dos projetos e das linhas de crédito, a segunda foca na capacitação, cooperação para assistência em catástrofes e programas de cooperação técnica e econômica, e a terceira implementa de fato dos projetos (MEA, 2017).

O programa de cooperação técnica e econômica indiana (ITEC) abrange 156 países e, juntamente com o Programa Especial de Assistência Africana da Commonwealth (SCAAP), constitui como um dos seus principais veículos para promoção do desenvolvimento. A assistência técnica fornecida por esses programas possui três principais componentes: treinamento, estudos de viabilidade do projeto e serviços de consultoria (Bartenev, Glazunova, 2013).

Quanto ao orçamento do país para a CID, a maior parte dos empréstimos é concedida pelo Exim Bank da Índia, para capacitar países parceiros em seus projetos de infraestrutura, equipamentos, bens e serviços. O Ministério das Finanças administra os empréstimos e linhas de créditos custeados pelo Exim Bank, que em 2011, relatou cerca de 135 operações de linhas de crédito, a maioria em projetos financeiros específicos para infraestrutura em países em desenvolvimento (Benachenhou, 2013; Souza, 2014).

De acordo com Souza (2014), a África recebe a maior parcela do crédito (59%), seguida da Ásia (36%), sendo os dois principais países receptores o Sudão (US\$ 350 milhões) e a Etiópia (US\$ 122 milhões). A partir de março de 2013, cerca de US\$ 8,57 bilhões foram disponibilizados para financiar projetos em 167 países. A cooperação é distribuída entre os países do continente africano também para o treinamento de funcionários públicos, engenheiros e gerenciadores do setor público, e as linhas de crédito são destinadas ao fornecimento de equipamentos (Benachenhou, 2013).

Conforme Benachenhou (2013), entre as instituições multilaterais, o país prefere colaborar com organizações regionais menores do sul e sudeste da Ásia. As prioridades

geográficas e setoriais são destinadas aos seus vizinhos, principalmente o Butão, Bangladesh, Nepal, Sri Lanka, e Afeganistão. Senegal, Tadjiquistão, Etiópia, Vietnã e Camboja também recebem grandes volumes de ajuda indiana. Em concordância com suas aspirações em se tornar um potência mundial, a Índia começou a expandir o escopo geográfico de seus programas de ajuda e a cooperar também com países da Ásia Central e com a Oceania.

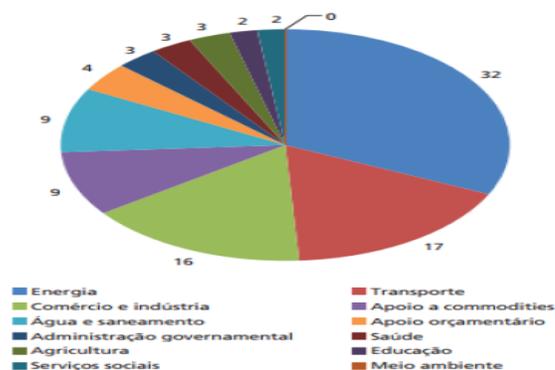
Quanto ao destino geográfico e segmento dos projetos, a Índia foca sua CID principalmente em seus países vizinhos, com destaque para o Butão, Nepal e Afeganistão, e nos países em desenvolvimento da África, onde possui um engajamento político relacionado à sua independência e liderança durante o movimento pós-colonial. Contudo, há uma diferença nos segmentos dos projetos destinados a cada uma das regiões. Ao passo que no Sul da Ásia, a cooperação para o desenvolvimento indiana foca majoritariamente em infraestrutura, saúde e educação, sendo a maior parte deles prospectando um valor a longo-prazo, como no caso dos projetos hidrelétricos, na África, é destinado ao treinamento técnico de funcionários públicos e de instituições governamentais como hospitais, ferrovias e universidades. O setor público desempenha um papel relevante na CID indiana, pois o país não estabelece parcerias público-privadas significativas, em áreas de desenvolvimento social, saúde e educação, seus principais especialistas estão empregados no setor público (Agrawal, 2017).

A concentração da CID indiana entre seus países vizinhos pode ser explicada a partir de seus interesses econômicos. No Butão, o governo indiano financiou a construção de usinas hidrelétricas e a energia produzida seria vendida para a Índia. Há também motivações políticas para a alocação da CID da Índia no sul da Ásia. Como no caso do Afeganistão, em que a CID aumentou consideravelmente após a queda do Talibã, incentivada seu interesse político em frear o extremismo islâmico (Souza, 2014).

Na África, tem-se buscado promover interesses econômicos ligados aos setores de energia e infraestrutura, transportes, e dos mercados para exportação. A parte mais Ocidental do continente detém aproximadamente 70% da produção de petróleo, assim, a Índia firmou programas como o *Techno-Economic Approach for Africa-India Movement* (Movimento da Abordagem Tecno-Econômica para África-Índia). Não obstante, sua CID está concentrada em projetos do segmento energético, de transportes, comércio e indústria, e distribuída para o

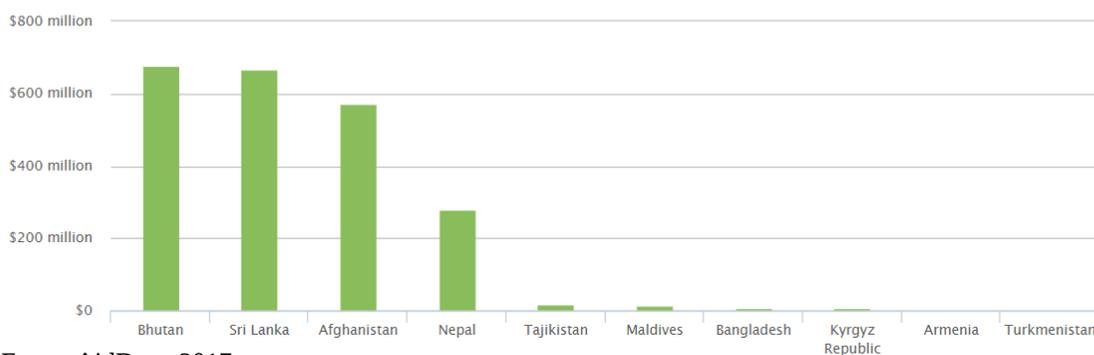
treinamento de funcionários, engenheiros e técnicos do setor público. Já no âmbito da saúde e educação, a cooperação indiana possui parcelas consideravelmente reduzidas (Souza, 2014).

Figura 4: Classificação da cooperação Sul-Sul indiana por segmento entre os anos de 2000-2014



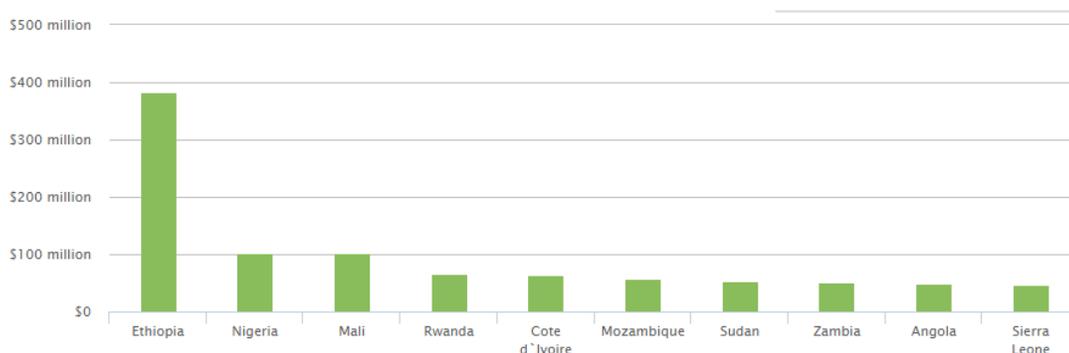
Fonte: SOUZA, 2014, p. 258.

Figura 5: Distribuição geográfica de cooperação para o desenvolvimento na Ásia do Sul e Ásia Central no período de 2000 a 2014



Fonte: AidData, 2017.

Figura 6: Distribuição geográfica de cooperação para o desenvolvimento destinada à África no período de 2010 a 2014



Fonte: AidData, 2017.

5. Comparações e resultados

Em uma análise comparada, os principais focos de destino do Brasil e da Índia desde os anos 2000, referem-se às regiões em que estão inseridos, bem como em um interesse em comum pelo continente africano.

Em relação ao comportamento brasileiro, constata-se que muito se deve à própria essência e característica de sua política externa. Puente (2010) afirma que assim como a política externa brasileira, os interesses nos países da América Latina e nos países africanos, refletem a ambição do país em se estabelecer como potência regional.

Por outro lado, a Índia possui um viés mais econômico, tendo o elemento regional vinculado às suas capacidades militares e promoção de estabilidade no Sul da Ásia. Ainda, a relação com a região também remete aos seus objetivos de liderança e nos interesses políticos na África, somado à competitividade com a China na região. Nesse sentido, diferente do Brasil, a Índia está inserida em um contexto regional marcado pela presença de conflitos, disputas fronteiriças e grupos terroristas.

Segundo a base de dados do AidData, de 2000 a 2014, os principais países da América do Sul recipiendários de cooperação para o desenvolvimento brasileira, foram o Paraguai

seguido do Uruguai, Bolívia, Peru e Argentina. Sendo os tipos de cooperação mais presentes para esta região, destinados à agricultura, saúde básica, segurança pública, educação e meio ambiente. Moçambique representa o maior receptor da cooperação brasileira no continente africano, os projetos na área de segurança alimentar, alimentação escolar e combate ao vírus HIV, se destacam e espelham o tipo de cooperação brasileira.

Na ocasião, o projeto *ProSavana* é considerado um dos principais e mais importantes programas em parceria com Moçambique. Seu principal objetivo é o de fortalecer a agricultura no país e auxiliar as comunidades rurais e outras populações que dependem da terra, em termos de segurança alimentar. O *ProSavana* é um programa do tipo trilateral, em parceria com a JICA, para o corredor de Nacala a partir da implantação de um sistema de produção agrícola baseado no cultivo de *commodities* como a soja e o milho. Foi inspirado no programa PROCEDER realizado no Cerrado brasileiro. O programa teve origem em 1974 e foi resultado de uma parceria entre Brasil e Japão após o embargo provisório das exportações de grãos decretado pelos Estados Unidos (Campo, 2017).

Na América Latina e no Caribe, a CID brasileira reflete suas atividades em temas de ciência e tecnologia, educação e saúde, com programas de bolsas de estudo e de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. Observa-se de igual modo, temas mais recentes como das vacinas contra o H1N1, biocombustíveis e a integração produtiva (Souza, 2014).

O projeto “Fortalecimento e capacitação na área de saúde, nutrição, cidadania e educação no Haiti, Peru.” ilustra a atividade brasileira em cooperação para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Este projeto encontra-se em execução com previsão de término para o ano de 2018 e é segmentado para a área de educação, mais especificamente, para a alfabetização. Seu objetivo consta em apoiar a Pastoral da Criança em ações de capacitação de equipes locais, no Haiti e no Peru, assim como acompanhar os trabalhos já realizados nas comunidades visitadas (ABC, Projetos, 2017).

Já no caso da Índia, o principal foco da cooperação para o desenvolvimento tem sido para as áreas de geração e fornecimento de energia, transporte, comércio, indústria, *commodities*, fornecimento de água e saneamento básico. Os principais destinatários regionais,

segundo dados do AidData para o período de 2000-2014, são o Butão, Sri Lanka, Afeganistão, e Nepal.

O continente africano representa um dos maiores destinatários do Exim-Bank. Conforme Souza (2014), especificamente o Sudão e a Etiópia são os países com as maiores porcentagens de linhas de crédito oferecidas. O interesse na África, está atrelado ao seus objetivos de comércio bilateral.

Para fins desta pesquisa, não foram encontrados projetos em andamento e/ou concluídos que ilustrassem seu tipo de cooperação. Ainda que exista o *Development Partnership Administration* para a coordenação de seus programas, o sistema de cooperação para o desenvolvimento indiano carece de maior transparência e centralização dos dados. Dessa forma, de acordo com a literatura, a Índia visa projetos que ofereçam valor a longo prazo, e que cruzem com seus interesses econômicos e políticos, principalmente no sul da Ásia. Souza (2014) destaca que após a queda do Talibã, e tendo em vista a contenção do extremismo islâmico, a cooperação da Índia para o Afeganistão tem aumentado significativamente. Além disso, a ajuda fornecida ao Sri Lanka durante o maremoto de 2004 estaria relacionada ao seu interesse em combater o grupo terrorista “Tigres de Liberação do Tamil.”

O desejo em ser um *player* internacional, a necessidade de energia, e a vontade de criar uma zona de amortecimento com a China são incentivos essenciais para a participação indiana na cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, seis pilares conceituais são atribuídos à CID indiana: 1) que esta cooperação seja sustentável e inclusiva; 2) que ela se baseie em suas próprias experiências; 3) a inexistência de condicionalidades; 4) cooperação por demanda; 5) haja ganhos mútuos entre os parceiros; 6) que contribua ao *soft power* (Chaturvedi, *et al*, 2014).

O aumento do comércio e do investimento regional é parte crucial da cooperação Sul-Sul indiana. O governo enquadra isso em termos de um conjunto de políticas em todo o comércio, investimento, transferência de tecnologia e acesso ao mercado como uma abordagem para o desenvolvimento de países parceiros. As ligações comerciais entre Índia e África foram vistas pela Índia no início dos anos 2000, como forma de impulsionar seu comércio internacional e corrigir desequilíbrios comerciais. O comércio da Índia com a África aumentou

substancialmente de US \$ 5,5 bilhões em 2001-2002 para US \$ 53,3 bilhões em 2010-2011 (Chaturvedi, *et al*, 2014).

Segundo Mullen (2014), as parcerias de desenvolvimento da Índia com Bangladesh são canalizadas principalmente através de empréstimos e linhas de crédito fornecidas para projetos de desenvolvimento de infraestrutura e comunicação, como infra-estrutura ferroviária e projetos portuários. Para a autora, em linha com a política de "Look East" indiana, o país tem se concentrado em estabelecer fortes laços econômicos e comerciais entre seus vizinhos orientais como um todo.

6. Considerações finais

A participação de Brasil e Índia na CID está muito relacionada aos seus interesses de política externa e projeção internacional. Para tanto, ambos enxergam como estratégia, o fortalecimento de suas relações horizontais. Muito do crescimento e envolvimento de Brasil e Índia nessa temática deve-se à sua importância econômica e política adquirida ao longo dos anos, o que os levou a estender seus programas de cooperação para outras regiões.

Tanto no Brasil quanto na Índia, os princípios da horizontalidade, da não-condicionalidade, e da demanda por cooperação, demonstram uma "identidade sul", relacionada aos seus princípios tradicionais de política externa. No entanto, é necessário levar em consideração os aspectos dessa cooperação, dado que os países do CAD e as relações bilaterais e/ou multilaterais com o Norte se mantêm como importantes fontes de CID.

Além disso, as mudanças de governo e as pressões domésticas possuem peso nas atividades de CID. No Brasil, durante o governo Dilma, há um esfriamento das iniciativas de cooperação Sul-Sul a partir de 2015. De acordo com a ABC, os níveis de CID diminuíram progressivamente, o que compromete a implementação de novos projetos e a conclusão daqueles que estão em curso. Para a Índia, conforme afirma Mawdsley (2014), as preocupações da opinião pública estão mais concernentes ao perfil de desenvolvimento do país bem como suas vulnerabilidades econômicas.

Apesar das lacunas relativas à falta de consenso acerca dos conceitos e da inconsistência dos dados, especialmente os referentes ao quantitativo de projetos da Índia, este artigo buscou contribuir para o entendimento do engajamento de Brasil e Índia na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento nos últimos anos, tendo como base o potencial da estratégia de cooperação Sul-Sul para o alcance de seus objetivos de inserção regional e global.

A crescente ênfase do Brasil e da Índia no fortalecimento da cooperação Sul-Sul levanta algumas questões referentes à sua lógica e eficácia. Apesar de não resolver o problema da pobreza em sua totalidade, este tipo de cooperação traz para o debate, novos meios e ideias para os países em desenvolvimento lidarem com a questão. A partir do exposto, cabe analisar que a participação do Fundo IBAS, na CID de Brasil e Índia, apresenta-se como um elemento que diferencia a cooperação Sul-Sul da cooperação tradicional adotada pelos membros da OCDE, tendo seu orçamento proveniente do repasse anual de cada um dos seus membros.

Referências

ABC. *Cooperação Técnica: Conceito*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ABC. *Cooperação Técnica: Classificação por segmento*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/ClassificacaoSegmento>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ABC. Projetos. BRA/13/008-A123. *Fortalecimento e capacitação na área de saúde, nutrição, cidadania e educação no Haiti, Peru*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Almeida, Perpétua. (2014). O Brasil e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: Almeida, Perpétua; Acioly, Luciana; Calixtre, André Bojikian (Org.). *Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 169-202.

Agrawal, Subhash. (2007). Emerging donors in international development assistance: The India case. Research Report, *International Development Research Center (IDRC)*.

Ayllón, Bruno. (2006). O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de economia e Relações Internacionais*, vol. 5, n.8.

Bartenev, Vladimir; Glazunova, Elena (Ed.). (2013). *International Development Cooperation*. Moscow: The World Bank.

Benachenhou, Abdellatif. (2013). *Países emergentes*; tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: FUNAG, 234p.

Campo. *Proceder*. Disponível em: <http://www.campo.com.br/proceder/>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Chaturvedi, Sachin et al. (2014). *Rising Powers in International Development: Indian Development Cooperation: The State of the Debate*. 95. ed. England: Institute of Development Studies.

Chaturvedi, S. (2016). The SSC and Global Imperatives. In *The Logic of Sharing: Indian Approach to South–South Cooperation*. p. 177-188. Cambridge: Cambridge University Press.

Chediek, Jorge. (2017). O papel do Brasil na Cooperação Sul-Sul: um estudo analítico e histórico. In: Almino, João; Lima, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). *30 anos da ABC visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: Funag, p. 41-74.

CIOMMO, Mariella Di. *O futuro da cooperação para o desenvolvimento: O papel crescente dos doadores emergentes*. Development Initiatives. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/FCDesenvol.pdf>. Acesso em 19. jul. 2017.

Esteves, Paulo et al. (2011). *BRICS, Cooperação para o Desenvolvimento e o Fórum de Busan*. Rio de Janeiro: Brics Policy Center.

Iglesias, C.A. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2010). ABC – Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009*. Brasília: Ipea; ABC.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). ABC – Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional 2011-2013*. Brasília: Ipea; ABC.

Judt, T. (2007). *Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 105-107.

Kraychete, Elsa Sousa. (2012). Desenvolvimento e cooperação internacional. *Caderno Crh*, [s.l.], v. 25, n. 65, p.183-186, FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792012000200001>.

Leite, Iara Costa et al. (2014). *Rising Powers in International Development: Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of Debate*. 59. ed. England: Institute of Development Studies.

Lima, João Brígido Bezerra; Campos, Rodrigo Pires de; Neves, Juliana de Brito Seixas. (2014). O Brasil no Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: SOUZA, André de Mello e (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: Ipea, p. 205-211.

Lima, M. R. S. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n.1, p. 24-59. Artigo disponível na base de dados Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Marcovitch, Jaques. (1994). Competição, Cooperação e Competitividade p.47-65. In: Marcovitch, Jacques. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: EDUSP.

Mawdsley, E. (2012). *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books.

Mawdsley, Emma. (2014). Public perceptions of India's role as an international development cooperation partner: domestic responses to rising 'donor' visibility. *Third World Quarterly*, [s.l.], v. 35, n. 6, p.958-979. Informa UK Limited.

MEA. *Development Partnership Administration*. Ministry of External Affairs. Disponível em: <http://www.mea.gov.in/development-partnership-administration.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Milani, Carlos R. S. (2017). *ABC 30 anos: história e desafios futuros*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, p.224.

Milani, Carlos R. S. (2014). Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: André de Mello e Souza. (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA.

Milani, Carlos R. S.; Suyama, Bianca; Lopes, Luara L. (2013). *Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?* Friedrich-Ebert-Stiftung, São Paulo, p.3-59.

Mullen, Rani D. (2014). *IDCR Report: the state of Indian Development Cooperation: Indian Development Cooperation Research*.

Narlikar, Amrita. (2010). Reforming Institutions, Unreformed India? In: Alexandroff, Alan; Cooper, Andrew. *Rising States, Rising Institutions: Can the World be Governed?* Washington DC: Brookings, p. 105-127.

Pautasso, D. (2011). O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. *Revista conjuntura austral*, Porto Alegre, v. 2, n. 8, out./ nov., p. 48-62.

PNUD. *Effective development cooperation*. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/development-impact/effective-development-cooperation.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Puente, C. A. I. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD no período 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p.340.

Renzio, Paolo de; Seifert, Jurek. (2014). South–South cooperation and the future of development assistance: mapping actors and options. *Third World Quarterly*, [s.l.], v. 35, n. 10, p.1860-1875, Informa UK Limited.

Saraiva, M. G. (2007). As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*. [S.l.], v. 50, n.2, p. 42-59. Artigo disponível na base de dados Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

Silva, André Luiz Reis da; Andriotti, Luiza Salazar. (2012). A cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010). *Conjuntura Astral*, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 14, p.69-93.

Souza, André M. (2014). A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Índia e da China. In: André de Mello e Souza. (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, p. 251-274.